



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº (Do Sr. Duarte Nogueira)

DE 2011

Solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Senhor GUIDO MANTEGA, informações sobre a denúncia apresentada pela imprensa a respeito de eventual falha na negociação de papéis da dívida pública envolvendo a Caixa Econômica Federal e a Gestora de Recebíveis TETTO.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V, § 2º e 115, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, Senhor GUIDO MANTEGA, pedido de informações sobre a denúncia apresentada pelo Jornal Folha de São Paulo (18.12.11) a respeito de eventual falha na negociação de papéis da dívida pública envolvendo a Caixa Econômica Federal - CEF e a Gestora de Recebíveis TETTO, em especial:

1. Explicação detalhada da operação a que se refere à matéria publicada pelo Jornal Folha de São Paulo, de 18.12.11, especificando a natureza dos títulos envolvidos; valor nominal e de mercado; forma e data da transação desses títulos;
2. Qual o tipo de relacionamento da CEF com a Corretora TETTO?
3. Qual o impacto econômico-financeiro da operação sobre o Tesouro Nacional, a CEF e/ou outros bancos oficiais, no período de 2008/2009 e nos dez anos posteriores à operação?
4. Quais gestores da CEF e/ou do Tesouro Nacional são responsáveis direta ou indiretamente pela avaliação, aprovação e acompanhamento dessa operação?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

5. Outras operações já aconteceram em condições similares?
6. Indicar os principais compradores desses títulos, particularmente os fundos de pensão, indicando em cada caso a participação sobre o valor total negociado?
7. Como se explica o fato – admitido pela CEF – de “no período em que foram realizadas as transações, de setembro de 2008 a agosto de 2009, o sistema de informática da Caixa por informações relativas aos papéis ter ficado fora do ar”?
8. Segundo Nota Oficial da CEF, a referida instituição financeira tomou conhecimento dos fatos denunciados pelo Jornal Folha de São Paulo em data anterior. Informar as providências tomadas a respeito pela CEF e em que data.

JUSTIFICAÇÃO

Notícia divulgada pelo jornal Folha de São Paulo, de 18 de dezembro de 2011, diz que a Caixa Econômica Federal omitiu-se em seu dever de disponibilizar ao mercado todas as informações necessárias para a avaliação de títulos públicos, o que permitiu a venda supervalorizada de papéis com lucros vultosos em favor da corretora TETTO, em prejuízo de diversos adquirentes desses títulos, inclusive órgãos públicos e fundos de pensão.

Para um melhor entendimento do ocorrido, transcrevemos a seguir o inteiro teor da notícia:

“Suspeita de fraude na Caixa pode causar perda de R\$ 1 bi

Pane em sistemas de informática ajudou corretora a lucrar negociando títulos Fundos de pensão e outros investidores que compraram papéis pagaram preços acima do valor de mercado

natuza Nery

DIMMI AMORA DE BRASÍLIA

RUBENS VALENTE ENVIADO ESPECIAL AO RIO

Segundo maior banco estatal do país, a Caixa Econômica Federal está no centro de uma série de transações financeiras suspeitas que podem gerar perdas de R\$ 1 bilhão para os cofres públicos.

Graças a uma omissão misteriosa ocorrida na própria Caixa, uma corretora carioca chamada Tetto vendeu papéis da dívida pública de baixo ou nenhum valor por preços acima do mercado.

Entre os compradores, há empresas e pelo menos um fundo de pensão estatal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

No período em que foram realizadas as transações, de setembro de 2008 a agosto de 2009, o sistema de informática da Caixa responsável por informações relativas aos papéis ficou fora do ar.

O banco público classificou a pane como "erro", atribuindo-o a uma empresa de informática terceirizada.

Ou seja, foi como se um carro tivesse sido vendido sem que o vendedor informasse que ele tinha multas justamente no momento em que o sistema do Detran estava fora do ar.

O que sumiu do sistema correspondia a R\$ 1 bilhão que deveria ser descontado do valor dos papéis (veja quadro nesta página).

Como os papéis eram garantidos por um fundo do governo, se todos os compradores forem à Justiça cobrar tudo o que gastaram, a União terá de arcar com o R\$ 1 bilhão. Um dos compradores já se manifestou nesse sentido.

Diante do episódio, o banco acionou a Polícia Federal e entrou com um processo na Justiça acusando a Tetto de vender "gato por lebre". A Folha teve acesso aos autos da ação judicial sigilosa.

Tanto um dos compradores -o fundo de previdência complementar Postalís, dos funcionários dos Correios- como o setor da Caixa responsável pela falha eram controlados, na época, por dirigentes indicados pelo PMDB.

O departamento onde ocorreu o problema é vinculado à vice-presidência de Loterias e Fundos de Governo, hoje no centro de uma disputa entre PT e PMDB, os dois partidos que controlam os principais postos no banco.

Na época em que essas transações foram feitas, o vice-presidente de Loterias e Fundos era o atual ministro Moreira Franco, chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência.

Seu substituto, Fábio Cleto, é apadrinhado do PMDB do Rio e tem a recondução ao Conselho Curador do FGTS ameaçada por pressão do PT.

MICO

O problema com os papéis não era desconhecido do mercado. Eles são originários de uma outra fraude cometida pela Tetto em 2004, que resultou em prejuízo de R\$ 700 milhões ao Estado do Rio, segundo a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), xerife do mercado financeiro.

Em 2008, um mês após o apagão no sistema da Caixa, a corretora começou a negociar os papéis. No período de um ano, vendeu todos os seus contratos "micados", segundo narrou a Caixa na ação.

No mercado financeiro, esses papéis são classificados como de "altíssimo risco".

"Vou falar em tese: se, de fato, ficar provado que essa corretora tinha plena ciência das características [do papel] e, ainda assim, as omitiu do comprador obtendo lucro fácil em cima disso, em tese pode ter havido estelionato", afirmou o advogado Jair Jaloreto, especialista em crimes financeiros. "Em tese também, a corretora pode alegar em sua defesa que as compradoras sabiam do preço real".

A Caixa diz que outro fundo de pensão estatal controlado pelo PMDB participou das negociações, o Real Grandeza, dos empregados de Furnas. Mas o fundo diz que os papéis que comprou não têm relação com as fraudes.

Os bancos Bradesco, Santander e BRB e outros investidores também compraram papéis da Tetto na época em que os sistemas da Caixa ficaram fora do ar.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Postalis pagou à vista pelos papéis comprados da Tetto, mas permitiu que a corretora os administrasse.

Ou seja, o fundo não tem os papéis registrados em seu nome e a Tetto pôde vender novamente os mesmos títulos para outros compradores, segundo o processo.

Em junho de 2011, quase três anos após a operação com a Tetto, o Postalis encaminhou ofício à Caixa onde afirma ter sido lesado pelo banco e pela própria Tetto. O banco abriu uma sindicância.

No período do apagão no sistema da Caixa, cerca de 12 mil créditos imobiliários foram negociados, quase 90% deles pela Tetto.”

Isto posto, aguardamos as informações que ora requeremos, posto serem fundamentais ao cumprimento de nossas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 2011.

Deputado DUARTE NOGUEIRA

Líder do PSDB na Câmara dos Deputados